

PROTEÇÃO SOCIAL E FAMÍLIA: ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DA HISTÓRIA DE VIDA DE UMA FAMÍLIA

Aline da Silveira Ferreira,

Viviane Lopes de Moraes,

Helena Mara Dias Pedro

Alessandra Franco Melo

1. APRESENTAÇÃO

No intuito de se conhecer melhor as condições de sobrevivência, a vida social das famílias em situações de vulnerabilidade social e as representações das circunstâncias de suas vidas; recolhemos para o presente trabalho, depoimentos e história de vidas de uma família beneficiária do Programa Cartão Alimentação de Bom Jesus do Itabapoana, no Bolsa Família.

A ser dessa forma, teremos ao longo do trabalho, relatos das experiências de vida de uma família pobre, onde estaremos pontuando o seu percurso de vida, suas redes sociais e sua relação com a Assistência Social.

2. ALGUMAS INDAGAÇÕES SOBRE FAMÍLIA E POLÍTICA SOCIAL

A partir do final do século XIX, uma série de descobertas e de progressos científicos e tecnológicos abalaram os fundamentos tradicionais da divisão do trabalho e do poder entre os sexos, fazendo diminuir a mortalidade e consideravelmente a parte do tempo ocupada pela gestação e amamentação no ciclo de vida das mulheres. (LEFAUCHEUR, 1991:486)

O aperfeiçoamento e comercialização dos métodos contraceptivos revolucionaram as relações entre sexos no que diz respeito à iniciativa e ao controle da concepção e talvez ao conjunto da vida sexual.

Quando as mulheres utilizam estes métodos, os homens, pela primeira vez na história da humanidade, deixam de poder expor contra a sua vontade ao risco de uma gravidez, e o seu próprio desejo de paternidade torna-se tributário da vontade de maternidade das suas parceiras.

Com todas estas transformações ocorridas no final do século passado, podemos dizer que a família brasileira também apresentou significativas mudanças em diversos segmentos da sua população, como a redução do número de filhos, concentração da vida reprodutiva das mulheres nas idades mais jovens e aumento da concepção em idade precoce, predomínio das famílias nucleares, mas com um aumento significativo das famílias monoparentais, sobretudo, chefiadas por mulheres; aumento de pessoas que vivem só, da co-habitação e da união consensual e de famílias recompostas. (GOLDANI, 1994. Apud in MIOTTO, 1997:120)

Estas mudanças, tiveram profundas implicações na configuração familiar, acarretando uma fragilização dos vínculos e uma maior vulnerabilidade da família no contexto social, onde as famílias pobres tornaram-se as mais vulneráveis às situações de crise.

Podemos dizer que tais mudanças foram decorrentes de múltiplos aspectos, como a transformação e a liberalização dos hábitos e costumes, o desenvolvimento científico e o modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo Estado brasileiro; que caracterizaram o processo de modernização da nossa sociedade, na segunda metade do século XX.

Contudo, o modelo de desenvolvimento econômico adotado, mais os efeitos da crise econômica, a recessão e as medidas de ajuste nas populações de países em desenvolvimento, tiveram na década de 80, como consequência o empobrecimento acelerado de muitas famílias brasileiras.,

Nos países capitalistas em desenvolvimento, ocorre a castração da cidadania, sucedendo uma relação onde não é o Estado o pilar fundamental da proteção social aos mais pauperizados, e sim a sociedade. É a rede de solidariedade social da sociedade civil a protagonista principal na atenção aos despossuídos e destituídos.

E o processo de retração estatal das políticas sociais na América Latina, sobretudo no Brasil, tem levado à dualidade no acesso aos seus serviços e benefícios, criando um setor público para os pobres sem recursos e cada vez mais desfinanciado e de forma complementar, um setor privado para quem pode pagar, devidamente incentivado pelos governos nacionais e muitas vezes, subsidiado por recursos públicos.

Assim, os ajustes imposto no Brasil tem trazido enormes limitações para os municípios, no que diz respeito às respectivas capacidades de intervenção e de resposta

frente a enorme e complexa problemática social, face à crescente desresponsabilização por parte do governo federal das suas atribuições e obrigações no campo das políticas sociais.

É nesse cenário que as redes de solidariedade e sociabilidade, como a família, ganham importância na política social e, em especial, na proteção social movida neste final de século.

Há no desenho da política social contemporânea um particular acento nas sociabilidades familiares, nas redes de solidariedades pela sua potencial condição de assegurar proteção e inclusão social.

Contudo, esta proteção dá a ilusão de um novo manancial de recursos para responder às dificuldades sociais encontradas por uma parte cada vez maior da população. No entanto, esta forma de proteção tem fortes possibilidades de acentuar as desigualdades, em vez de compensá-las. (Martin, 1995:71, apud in Vitale, 2002:55)

Podemos afirmar que as políticas sociais brasileiras foram se inscrevendo no campo do clientelismo político e do assistencialismo, que além de não se aproximarem da redução, muito menos da erradicação da pobreza, muitas vezes desempenham um papel ideológico e conservador para manter enormes contingentes populacionais submetidos ao peso da alienação política.

E o movimento de desconstrução das políticas sociais, orientado pelo neoliberalismo, ideologia dominante no Brasil a partir dos anos 90, que procurou transformar os programas e serviços sociais em mercadorias sujeitas às regras do mercado, onde apenas os indigentes, os mais miseráveis dos miseráveis tornam-se o objeto de uma política centrada na focalização.

Uma focalização que se materializa por programas precários, insuficientes, descontínuos e desvinculados entre si, sendo muito mais fragmentadores do que focalizadores da pobreza.

Percebemos também que o princípio de descentralização, que diz orientar os programas, projetos e ações de enfrentamento à pobreza e às políticas sociais de um modo geral, no Brasil, tem significado uma estratégia de repasse de responsabilidades do Governo Federal para os Estados e Municípios, onde são desconsideradas suas heterogeneidades e fragilidades.

Com essa tentativa de despolíticação das políticas sociais o que se tem conseguido é fortalecer o movimento de privatização dos programas e serviços sociais, reeditando a filantropia e a caridade, agora assumidas não só pelos indivíduos e entidades vocacionais, mas por grandes grupos da economia privada, servindo para imprimir uma face de solidariedade aos agentes do mercado.

Assim, essas reflexões desvelam a realidade da violência, da corrupção, da impunidade, do abismo da desigualdade social na distribuição da riqueza socialmente produzida e da imensa pobreza que amplia e se perpetua, agravada pelo desmonte dos direitos sociais e pela desresponsabilização social do Estado.

Essa situação nos faz reforçar a idéia da insuficiência, da fragilidade, da inconsistência e da descontinuidade das ações desenvolvidas pelos governos, no sentido de alterar o quadro de pobreza e exclusão no Brasil.

Desse modo, podemos dizer que essa fragilização das políticas sociais tem levado a um atendimento cada vez mais pontual, restrito, seletivo e precário, não atendendo a sua crescente demanda, que é uma grande parcela da sociedade que se encontra submetida a situação de extrema pobreza, onde, sobretudo, mulheres e crianças emergem como uma população cada vez mais vulnerável.

Assim, percebemos o modo como as famílias brasileiras foram sendo pressionadas por uma política econômica, que em vez de assegurar condições mínimas de sobrevivência como renda, emprego, segurança, serviços de qualidade; foram desencadeando situações geradoras de estresse familiar, como migrações, desemprego, ausência de serviços públicos.

3. VIVENCIANDO A POBREZA

Neste contexto de transformações políticas e sociais, apresentamos, como narradora de uma história de vida marcada por um conjunto de carências, Luciana, 32 anos, casada, mãe de três filhos, nascida em Santo Amaro, distrito do município de Campos dos Goytacazes, de onde veio para Bom Jesus do Itabapoana¹.

¹ O município de Bom Jesus do Itabapoana, pertence à Região Noroeste Fluminense, com área total de 599,4Km², de acordo com o censo de 2000, com uma população de 33.632 habitantes, sendo a densidade demográfica de 56,1 habitantes por km².

Em sua infância conciliou estudo com trabalho na agricultura, mas parou de estudar ao se casar com Sebastião, aos dezesseis anos de idade. Há 15 anos mudou-se para Bom Jesus, quando seu marido começou a trabalhar como “descarregador de caminhão” em uma fábrica de doces. Trabalhou nessa empresa por cinco anos, depois passou por vários empregos e teve períodos de desemprego, quando viveu de vários “bicos”.

Contudo, há dois anos atrás, em uma viagem para São Paulo, quando foi ajudar um primo no descarregamento de caminhão para pagar o aluguel, sofreu um acidente, que deixou grandes seqüelas em sua perna direita, que o incapacitou para o trabalho. Como diz Luciana:

“A perna dele é uma coisa horrive, se você vê a perna dele, não pode colocar uma cueca na praia, tiraro muita carne daquilo e ele não guenta mais trabalha, tudo que vai fazer num guenta. Se vai pegá um quintal pra capiná, de tarde aquilo tá tudo inchado, começa a dar câibra e ele tem que deitar logo.”

Assim, após o acidente, Luciana passou a depender de auxílios da Secretaria Municipal de Assistência Social, como cestas básicas, auxílio construção, com o qual construiu dois cômodos, nos fundos da casa da sogra, para onde foi morar com seu marido e seus três filhos, o mais velho com 15 anos, outro de 9 e o mais novo de 7 anos de idade. Assim as condições de moradia da família tornaram-se muito precárias. A família de 5 membros passou a viver em dois cômodos, sem banheiro, em uma área de risco de desabamento, com seus poucos pertences.

“Não me importo não, do jeito que a casa tá aqui tá bom, a única coisa que eu queria era um banheirinho pra mim, porque eu uso o da minha sogra e usar tudo junto fica chato, né? Aquela escada de pau também queria arrumar ela, tem que vê no dia que chove! Outro dia eu tava descendo com um saco de cimento que tinha ganhado e puf! Cai no chão e arrebentei a cara toda! Tem que arrumá aquilo ali!”

Contudo, ainda passou a ter uma gratidão muito grande e uma verdadeira adoração à figura do prefeito e da primeira dama, a secretária municipal de Assistência Social, em uma relação na qual não consegue perceber tais benefícios como sendo seus direitos. Esses benefícios que ela pensa que são favores, são na verdade programas da Secretaria Municipal de Assistência Social de atenção as necessidades básicas e garantia dos mínimos

sociais, como o programa emergencial de distribuição de cestas básicas, o “Ver Melhor” (distribuição de óculos) e o “Morar Bem” (auxílios em forma de mão de obra e/ou em materiais de construção)

“Minha valença foi o Seu Prefeito e a Dona B. que me deram as téias e os tijolo pra fazer meu barraco e quando num tenho o que cumê, ela ainda me dá uma bolsa-alimentação. (...) Outro dia meu menino do meio tava com muita dor de cabeça, levei no médico e o doutor passou um óculos de cem reais e eu só recebo 80, fui lá e ela me deu o óculos pro meu menino, ela é muito boa pra mim.”

A partir do acidente, Luciana passou a ser a responsável pela manutenção econômica de sua família, através de diversas atividades, como de passadeira, lavadeira e até de servente de pedreiro. Para denominar tal fato, poderíamos utilizar o conceito de “chefia de direito”, que é quando a sobrevivência do grupo familiar é garantido pela mulher, estando a família com ou sem a presença do cônjuge, como propõem Youssef e Hetler. (1983. Apud in Carvalho, 1998: 78)

“Ele, num diante, num guenta mesmo trabalhar! Eu que quando aparece quintal pra capiná que peço e capino, inclusive tem um ali em baixo pra eu ir lá vê e capiná. A mulher do meu pastor também, de vez em quando, me dá umas trouxas de roupa pra lavar, ela até deixa lavar lá na casa dela, na máquina. E faz uns dois meses que peguei o barranco da mulher ali da frente pra cavucá por cem reais. Cavuquei tudo, se você ver nem acredita, cheguei ficar com o ombro todo arrebatado por causa da lata de terra. A mulher falava que eu era muito corajosa, mas é o jeito de sobreviver, tem que corre atrás, né?”

Sua família não possui renda, apesar dos seus “biscates”, estes são eventuais e o benefício do Bolsa Família, no valor de 80 reais, sendo R\$50,00 do PCA e R\$30,00 do Bolsa-Escola, que a família recebe mensalmente do Governo Federal, não lhe garante, de fato, condições dignas de sobrevivência.

“A gente passa uma vida tremenda, porque os 80 reais não dá nem pra cumê! Tiro 30 pro gás, tenho que pagá a luz, mais 20 e o que sobra, eu vou lá e compro um macarrão, um arroz. Tem vez que recebo e o gás num cabô ainda, vou lá compro tudim em comida e depois até aparecer dinheiro, vou cozinando lá fora na lenha.”

Desse modo, notamos que nem os “biscates” de Luciana, nem o benefício de transferência de renda do Bolsa-Família, são suficientes para garantir a subsistência da família

“Tem dia que meus menino falam que quer um leite, que quer pão e não tem. É muito triste você vê seus filhos pedindo as coisas e não poder dar... Os filhos de papaizinho senta na mesa com aquela comida gostosa e fala que não quer comer, quando tenho as coisas pra fazer um arroz com feijão e frito um ovo, os menino ficam tudo bobo e come duas, três vezes, falando mãe que comida boa!. É muito triste, outro dia passei em frente uma casa e vi na lata de lixo, uma sacola com uns cinco pão, cheguei a chorar... Em pensar que tem dia que nem tem pão pros meus menino cumê...”

Reconhecemos a importância de muitas iniciativas de transferência de renda, contudo, muitas deixam claro a marca “mínima dos mínimos” que vem permeando essas experiências de transferência monetárias para as famílias pobres.

“Aproveita-se da fragilidade extrema da população mais pobre, que, aturdida por exclusão lancinante, se dispõe a lutar por e sobretudo a bastar-se com somas absolutamente irrisórias. Com efeito, para quem vive na maior miséria, alguma coisa é muito. A sobrevivência fala mais alto que a cidadania, porque aquela se impõe de imediato, enquanto esta é gestada no longo prazo.” (DEMO, 2000:153, apud in BADARÓ, 2004:9)

E nas situações de crise, quando o dinheiro do seu benefício já se esgotou e não encontra biscates, a família recebe apoio de amigos e parentes, que apesar de compartilharem a experiência de pobreza, se solidarizam uns com outros.

“Quando a situação tá feia vem um e me dá um mucado de macarrão, vem outro me dá um quilo de feijão, um arroz. Ontem mesmo eu tava sem nada pra cumê, minha sogra foi lá comprou 5 quilos de arroz e me deu, a filha dela tem o chitadão (Cheque-Cidadão) e quando recebe vem cá e me ajuda também”.

Contudo, esta rede de proteção oferecida pelas pessoas envolvidas em seu cotidiano, é frágil e tem suas limitações, como ela mesma reconhece:

“As coisas tão difícil pra todo mundo, minha sogra ficou quatro meses cortada e agora conseguiu só dois meses do benefício, o meu sogro só tem

um salarinho da aposentadoria dele, eles num tavam nem guentando pagá a água e a luz que foi cortada a dois meses. Então eles até mudaram pra roça, pra viver como campeiro, porque na rua não tava dando mais.”

Estas redes de solidariedades que ajudam na sobrevivência da família de Luciana, devem ser refletidas, como enfatiza Vitale, na relação com o encolhimento da responsabilidade do Estado e com a ausência de políticas públicas consistentes ante questões sociais que se expressam no âmbito familiar. (2002:55)

A família de Luciana é também cadastrada no Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), no Núcleo de Atenção à Família (NAF), participando de ações de geração de trabalho e renda, onde fez um curso de culinária.

“Aprendi a fazer salgadinho no NAF, tenho a lista dos material, tudo direitinho! Tô querendo fazer pra poder vender, mas só que tem que ter dinheiro pra compra o material que fica caro. Uma vez eu até fiz porque a Dona B. me deu um isopor e algumas coisas, mas você vai e vende e faz uns 15 real e tem lá que comprá o material de novo, sem vê o lucro. Tem que já ter o material antes, é difícil comprar isso pra depois ter o lucro.”

A ser desse modo, notamos que algumas ações de atenção às famílias vulneráveis, como sugere Carvalho (1998:90/91), deveriam merecer atenção especial de planejadores e executadores de políticas sociais, sobretudo, os programas de incentivo à geração de trabalho e renda, que muitas vezes concebem as mulheres simplesmente como mães e donas-de-casa, com disponibilidade de tempo e potenciais para contribuir na complementação da renda familiar e com isso, elaboram cursos que além de não atenderem seus ideais, não conseguem alterar seu quadro de vulnerabilidade social e criam condições para garantir a inserção dos sujeitos no mercado de trabalho.

Além, dos cursos geração de trabalho e renda, o NAF também apresenta ações de atenção as necessidades básicas e garantia dos mínimos sociais, como liberação de cestas básicas, de botijas de gás e até material de construção, em situações emergenciais.

Para estar se beneficiando dessas ações, Luciana teria que estar participando de algum curso oferecido pelo Programa. Contudo, ela não conseguiu conciliar os horários dos curso com seus biscates.

“Eu não podia ficar lá olhando pra cima com quintal pra pegá. As coisa tão difíceis, eu tinha que aproveitá que tava aparecendo trabalho naquela época. Agora tô tentando voltar pra lá, tô esperando vaga. Fui lá uns dois meses atrás vê se tinha, mas não tinha não.”

Percebemos em sua narrativa, o valor do trabalho tanto para garantir sua sobrevivência, quanto para manter sua dignidade, sua identidade social.

“Se pelo menos eu tivesse um emprego de carteira assinada, um salarinho, já ajudava bastante. Nossa vida seria bem melhor... Eu podia melhorar minha casinha, fazer um quarto bonitinho pros minino, comprar umas roupinhas, um sapatinho... Aí sim, nossa vida ia ser melhor.”

O desemprego, como uma expressão concreta da pobreza e da exclusão, a incapacidade para o trabalho se apresentam como uma situação vergonhosa para Sebastião, no que diz respeito ao provimento do lar, que era de sua responsabilidade antes do acidente.

“Ele fica nervoso, porque muitos home trabalham por mês ou por semana, tem o dinheiro dele e quando recebe vai lá e faz uma comprinha pra família, faz um agradinho pros filho... Ele não coitado, ele fica triste porque vê os filhos querendo as coisas e não pode dar. Ele quase não sai de casa, fica com vergonha porque tem gente que olha assim e pensa, mais aquela mulher tem um marido vagabundo, que não gosta de trabalhar, não é assim, ele num guenta. Ele falou inclusive que se arrumasse um serviço de ficar sentado, ele podia até fazer.”

Assim, o trabalho representa o caminho para uma vida melhor e a educação, é reconhecida como um caminho de ascensão social.

“Meus minino tudo estudam direitinho, não deixo faltar aula, tem que estudá se quiser ser alguma coisa na vida. Eu parei de estudar quando me juntei com meu marido, não interessei mais, mas agora interessei de novo e voltei, tô na 5ª série! Hoje estudo faz falta pra tudo! Pra consegui um emprego bom, precisa de estudo, pra melhorar de vida, precisa pra fazer um concurso, né?”

Contudo, a busca de melhores condições de vida e de trabalho, torna-se uma referência importante na explicitação dos seus desejos de migração, de se mudar de cidade.

“Já falei pro meu marido que tô com vontade de sumir de Bom Jesus, não tô guentando mais! Eu queria ir pro um lugar assim que tivesse emprego bom, pra gente melhorar de vida, igual muita gente que a gente vê que vai

pro Rio de Janeiro e se dá bem lá. Mas ele que não quer ir. Duas vezes já juntei minhas coisas, minhas roupas pra poder ir embora e largar tudo por aí, filho, marido, tudo... Porque é muito triste...”

Podemos dizer que esta família depende quase exclusivamente dos serviços sociais em suas estratégias para sobreviver, buscando nesses serviços o suprimento de suas necessidades materiais de consumo e para enfrentar outras dimensões significativas do seu cotidiano.

Estes serviços não se restringem apenas aos órgãos públicos, compreendem também a ação de entidades sociais, como as religiosas, que executam programas assistenciais.

“A minha igreja ainda não tá me ajudando muito, porque tô começando agora, a igreja é pobre, tá em construção, mais a mulher do pastor quando pode, sempre me dá uma coisinha... Mas na Igreja Católica que você vê falando que ajuda tanta gente, eu fui lá, contei toda minha vida, expliquei minha situação e a mulher lá achou que eu num precisava receber cesta alimentação e falou ainda que tô gorda e num passo dificuldade nada! Foi por causa dela que num consegui o chitadão! Aí, larguei tudo pra lá, é muito difícil você fica dependendo dessas coisas, levá portada na cara... E você tanta gente que não precisa, com a vida bem melhor que a da gente conseguindo as coisas...”

Contudo, as ações assistenciais, muitas vezes, significam tutela, reiteração da exclusão do sujeito, num movimento de negação dos direitos sociais, que passam a ser concebidos como favores, como benesses, ao invés de significar o reconhecimento dos direitos e o acesso ao protagonismo. Onde o sujeito precisa sempre estar passando por situações vexatórias para garantir o que, de fato, é um direito seu.

Percebemos em toda sua trajetória, dois anos recorrendo à serviços sociais, nunca lhe foi explicitado que Assistência Social é uma política pública, constitutiva do tripé da Seguridade Social Brasileira, como consolida a Constituição Federal de 1988. E que dada as circunstâncias da sua vida, sua renda per capita inferior a ¼ do salário mínimo e a incapacidade para o trabalho de seu marido, comprovada por diversos laudos médicos, nunca lhe foi, sequer, falado sobre a existência do Benefício de Prestação Continuada.

Sem conhecer seus direitos, Luciana segue acreditando que se conseguisse aposentar ou “encostar” seu companheiro, seria a solução de boa parte dos seus problemas.

Mesmo sem ter contribuído para a Previdência, ela pensa que com ajuda de vereadores, principalmente em momentos de eleição, pode conseguir.

“Ele (o marido) fala pra mim corre agora atrás pra poder aposentar ele, tem tanto candidato aí, agora. Vamo supor, se eu arrumasse um emprego de um salarinho só, mas de carteira assinada, eu tirava 50 reais e pagava o INPS dele, mas não tenho condição... Agora falei prum vereador ver a aposentaria dele pra mim, deixei a papelada do Bastião com ele lá. Outro dia fui atrás dele e ele me disse que tava vendo com um escritório se podia, mais té hoje nada... Bastião fica nervoso, manda correr atrás, eu vô, mais é difícil ficar levando toda hora portada na cara!”

Assim, Luciana vai levando sua vida, entre um quintal e outro, sonhando que sua vida vai melhorar, que alguém vai conseguir aposentar seu marido e desse modo sua vida vai mudar, eles poderão “arrumar” sua casa, comprar melhores roupas e se alimentarem melhor, garantir uma vida digna.

Porém, levantamos algumas questões: Quem são estes profissionais que trabalham com essa família? Por qual motivo nunca trabalharam a Assistência Social na perspectiva de diretos? Será que ao atender os objetivos das instituições em que trabalham, estão desempenhado, de fato, o seu papel profissional? Quantas Lucianas eles não devem atender por dia...

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como configuram diversos autores, a família é uma realidade com a qual temos bastante intimidade, contudo, tal intimidade traz confusões ao conceituarmos família, pois, muitas vezes, nos baseamos em nosso modelo familiar ao trabalharmos com a família. Enfatizamos, muitas vezes, as relações parentais a partir da consangüinidade, naturalizamos nossas relações e com isso trabalhamos com estereótipos do ser pai, do ser mãe e do ser filho.

Esquecemo-nos que a dinâmica relacional estabelecida em cada família não é dada, mas é construída a partir de sua história e de negociações cotidianas que ocorrem internamente entre seus membros e com o meio social mais amplo.

Nesse sentido, a família deve ser entendida como uma instituição social historicamente condicionada e dialeticamente articulada com a estrutura social na qual está inserida. (Miotto, 1997:120)

5. OBRAS CONSULTADAS

BARROS, R. P. (2000) *Desigualdade e Pobreza no Brasil: a Estabilidade Inaceitável*. Rio de Janeiro, Ipea.

BETTO, F. (2004). *Fome Zero: Textos Fundamentais*. Rio de Janeiro. Garamond.

BOCK, G. (1991) *Pobreza feminina, maternidade e direitos das mães na ascensão dos Estados-providência (1890-1950)*. História das mulheres no Ocidente (Org.:Michelle Perrot e Georges Duby), Porto: Afrontamentos, São Paulo, Edbradil, vol. 5.

CARVALHO, L. (1998) *Famílias chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida*. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 57, São Paulo, Cortez, 1998.

CARVALHO, M. C. B.(2000). “A política de Assistência Social no Brasil: dilemas na conquista de sua legitimidade”. In: Serviço Social & Sociedade. São Paulo, v.21, n.62. p. 144-155, mar.

FONSECA, A. M. M. (2000) *Família e Política de Renda Mínima*. São Paulo, Cortez.

FREITAS, Rita de Cássia Santos. (2002) *Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedades – algumas releções a partir do Caso Acari*, . Revista Serviço Social e Sociedade, n. 71, São Paulo, Cortez.

LEFAUCHEUR, Nadine. *Maternidade, família, Estado*. **História das mulheres no Ocidente** (Org.:Michelle Perrot e Georges Duby), Porto: Afrontamentos, São Paulo, Edbradil,

MANUAL DO MUTIRÃO. *Fome Zero – O Brasil que come ajudando o Brasil que tem fome*. Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar – MESA, Brasília, 2003.

MARCO, Patrícia Souza de. “Estado, políticas públicas e participação pós-constituição de 1988. In: Subsídios às Conferencias de Assistência Social I CEFESS, **Cadernos Abong**, n. 19, out. 1997.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. *Família e Serviço Social: contribuições para o debate*. . **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 55, São Paulo, Cortez, 1997.

O PROGRAMA FOME ZERO E O PT. Secretaria Extraordinária do PT para Acompanhamento do Programa Fome Zero. 2003.

PAUTA E CONCLUSÃO DAS REUNIÕES. Comitê Gestor de Bom Jesus do Itabapoana. 2003/2004.

SILVA, Leda Regina Barros. **O cenário das mudanças contemporâneas e as políticas sociais governamentais:** desafios à esfera local. Rio de Janeiro, 1998. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, UFRJ, Escola de Serviço Social.

SPOSATI, Aldáiza. “Conjuntura da Assistência Social Brasileira”. In: Subsídios às conferências de Assistência Social I CEFESS, **Cadernos Abong**, n. 19, out. 1997.

_____. et al. **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. 4. ed. São Paulo, Cortez, 2002.

TELLES, Vera da Silva. A “nova questão social” brasileira: ou como as figuras de nosso atraso viram símbolo de nossa modernidade. In: **Caderno CRH**, Salvador: UFBA, n.30/31, jan/dez. 1999, p.85-110.

UCHÔA, Pe. Virgílio Leite. “Política Nacional de Assistência Social e projeto nacional – avanços e limites”. In: Subsídios às conferências de Assistência Social I CEFESS, **Cadernos Abong**, n. 19, out. 1997.

VITALE, Maria Amália. Famílias monoparentais: indagações. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 71, São Paulo, Cortez, 2002.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 2. ed. São Paulo, Cortez, 1996.

_____. **Globalização, precarização das relações de trabalho e seguridade social**. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v.19, n.56, p. 50-59, mar. 1997.